



ACÓRDÃO Nº 840/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11260/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Regularização Fundiária – FERF.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho – Presidente da FERF.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4353/2017-MP-ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 115/117).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FERF. Exercício de 2016.

*Regularidade com Ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Fundo Estadual de Regularização Fundiária – FERF, exercício 2016, cuja responsabilidade foi do **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, nos termos do artigo 22, I, da Lei n.º 2.423/96;
- 10.2. **Dar Quitação** ao **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, conforme preceitua o art. 23, da Lei n.º 2.423/1996;
- 10.3. **Determinar** ao Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FERF que inclua a informação dos agentes responsáveis pela guarda e administração dos bens nos registros analíticos de bens de caráter permanente, nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64;
- 10.4. **Determinar** à SECEX/TCE/AM que inclua no escopo da próxima Comissão de Inspeção a verificação da regularização da pendência do



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 840/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

domicílio nº 23703736580244;

10.5. Dar ciência ao Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, assim como para os demais interessados e seus Advogados, caso tenham constituído, o conteúdo do julgamento dos autos.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral